

09.060
21/8/97 4
729

MP investiga denúncia sobre homem que depôs a favor de matadores de índio

Informações de mestre-de-obras, expulso da polícia, influíram na decisão de juíza

Leandro Fortes

• BRASÍLIA. O Ministério Público de Brasília está investigando a denúncia de que o mestre-de-obras e ex-policia Clério Gomes da Silva recebeu propina para depor a favor dos quatro rapazes maiores acusados de matar o pataxó Galdino Jesus dos Santos, queimado vivo enquanto dormia num ponto de ônibus de Brasília em abril. Num depoimento confuso, Clério declarou há dois meses que Galdino estava coberto por um pano escuro na altura da cintura quando foi queimado e, em seguida, corrigiu-se dizendo que o pano era pequeno e cobria só os pés da vítima. Silva foi empregado de Eronivaldo José de Oliveira, pai de Eron de Oliveira, um dos acusados.

Ele foi expulso da Polícia Civil de Brasília, em 1976, por receber propina para liberar veículos e documentos apreendidos pelo Detran. Caso fique provado o falso testemunho, ele terá que se retratar publicamente até o fim do processo. Caso contrário, poderá ser condenado a seis anos de prisão. Clério foi procurado ontem, mas não localizado.

A família do índio, que será recebida hoje às 11h pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, encenou a morte de Galdino no ponto de ônibus onde ele foi queimado. Segundo o porta-voz da Presidência, Sérgio Amaral, o presidente vai se solidarizar com a família, mas não interferirá na decisão da juíza.

A demissão do ex-policia Clério Gomes da Silva também foi provocada porque, no mesmo ano em que foi expulso da polícia, ele se apossou de um carro supostamente encontrado abandonado, vendeu partes do veículo e usou chapas frias para utilizá-lo, segundo processo disciplinar policial, "com o intuito de satisfazer interesses pessoais, possivelmente criminosos".

Há ainda três outros inquéritos policiais abertos contra Silva: falsificação de documentos, estelionato e peculato (usar função pública para obter vantagens pessoais).

O depoimento de Silva contribuiu para que a juíza Sandra De Santis Mello transformasse em lesão corporal seguida de morte a denúncia original do Ministério Público, que era de homicídio doloso (intencional) triplamente qualificado. A juíza agiu assim por acreditar na história contada por Clério e os acusados de que só gotas de álcool foram jogadas nos pés de Galdino, ficando o fogo fora de controle por causa do pano ou cobertor. Os laudos dos institutos Médico Legal (IML) e de Criminalística afirmam, no entanto, que não havia pano, e que Galdino foi queimado por inteiro, sobretudo na região genital.

— É muita coincidência que ele (Clério) estivesse passando pelo local justamente na hora do crime. Essa história está muito mal contada e vamos investigá-la a fundo — disse a promotora do caso, Maria José Miranda Pereira.

Ontem, o advogado e deputado federal Luiz Eduardo Greenhalg (PT-SP), assistente de acusação contratado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), pedirá à juíza que se pronuncie sobre a acusação de corrupção de menores contra os quatro acusados, que fazia parte da denúncia original do MP, mas foi ignorada por Sandra quando ela tomou sua decisão. O crime foi incluído na denúncia porque o quinto acusado é menor e já foi condenado a três anos de internação num centro de recuperação. A decisão de Greenhalg criou atrito entre os assistentes de acusação e a promotora Maria José Pereira, que acha desnecessário esse novo recurso.

Família de Galdino pede que presidente do STF se pronuncie

Segundo ela, o recurso já impedido pelo MP, que vai ser avaliado pela juíza e, em seguida, pelo Tribunal de Justiça, abrange a questão que preocupa Greenhalg. Isso porque, no caso de o Tribunal acatar o recurso, volta a valer a denúncia original, que inclui o crime de corrupção de menores. A promotora explicou que, no caso de valer a posição de Sandra, o juiz singular que vai assumir o caso terá que rever o processo desde o início, e não deixará de incluir esse crime porque há o envolvimento de um menor.

A família de Galdino, que está em Brasília há dois dias, foi recebida ontem pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF),

ministro Celso de Mello. O sobrinho de Galdino, cacique Wilson Pataxó, pediu que o STF agilizasse o processo de reintegração de posse de cinco fazendas na reserva onde os índios moram, no Sul da Bahia, que está nas mãos de grileiros. Os índios pediram, ainda, que Celso de Mello tomasse uma posição em relação à decisão da juíza. O ministro prometeu acelerar o julgamento relativo às terras indígenas e, apesar de classificar o crime contra Galdino de "imoral, irracional, indigno, covarde e desprezível", disse que não poderia se pronunciar sobre uma decisão tomada por uma colega do Judiciário.

Ontem à tarde, além da família de Galdino, entidades de direitos humanos, parlamentares e representantes de várias nações indígenas participaram de uma manifestação no local onde o pataxó foi queimado, batizado de Praça do Compromisso pelo Governo do Distrito Federal. Houve missa campal e os pataxós fizeram o ritual do toré, dança para trazer proteção dos bons espíritos à tribo. O índio Tiuré Potiguara, que vive, segundo ele mesmo, auto-exilado no Canadá, fez uma performance que quase acabou em tragédia. Enrolado com faixas de gaze, algodão e pequenas lâmpadas pisca-pisca, Tiuré ficou deitado no ponto de ônibus, onde os manifestantes haviam colocado uma cortina de tiras de papel. A cortina foi queimada e, por pouco, o índio enrolado no algodão não pegou fogo. ■

Funai tentará reverter decisão de juíza no caso pataxó

Para o novo presidente do órgão, Sulivam Silvestre, morte de Galdino foi homicídio doloso

Isabel de Paula e Ricardo Miranda

• BRASÍLIA. O procurador de Justiça Sulivam Silvestre, de 34 anos, que assume hoje a presidência da Funai, promete pôr todo o peso da entidade para reverter a decisão da juíza Sandra De Santis Mello, que transformou em lesão corporal seguida de morte a denúncia de homicídio doloso do Ministério Público contra os quatro maiores acusados de matar o pataxó Galdino Jesus dos Santos, queimado enquanto dormia num ponto de ônibus. Sulivam está convencido de que os quatro jovens tinham intenção de matar o índio. O novo presidente da Funai reuniu-se nos últimos dois dias com líderes xavante e terena e promete se aliar aos índios para mudar a Funai, que ele admite estar desmoralizada. Ele compara os índios aos sem-terra.

Silvestre afirma que seu principal desafio será demarcar todas as áreas indígenas, ponto onde os seus antecessores falharam. Embora o prazo dado pela Constituição tenha se encerrado há quatro anos, hoje só 40% das áreas indígenas estão demarcadas. O envolvimento do novo presidente com problemas indígenas se intensificou sema-

na passada. Quinta-feira, ele conversou com dom Tomás Balduino, bispo que acaba de assumir a Comissão Pastoral da Terra. Dom Balduino era presidente da Conselho Indigenista Missionário (Cimi), crítico da política indigenista do Governo. Silvestre participou no Xingu do quarup, cerimônia indígena de homenagem aos mortos.

Até hoje, a atuação do procurador goiano esteve marcada pela luta ambiental, principalmente com o objetivo de retirar garimpeiros e madeireiras dos rios e florestas goianas, segundo o ministro da Justiça, Íris Rezende:

— Ele conseguiu, como promotor de Justiça, retirar dos nossos rios milhares e milhares de garimpeiros que degradavam o meio ambiente e reuni-los em associações para exploração da parte seca do garimpo.

Silvestre ingressou no Ministério Público em 1984, com 21 anos. Em 1987, ascendeu a promotor da Comarca de Goiás Velho, onde foi curador de meio ambiente. A funcionária do Tribunal de Justiça em Goiás Velho Maria Lina Leite Soares lembra que ele teve forte influência no fechamento do garimpo de ouro no Rio Vermelho.